

O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA FALA DE CHICO BENTO.

OLIVEIRA, Alessandra Menezes de.
sandrynhamenezes@hotmail.com

OLIVEIRA, Edvânia Santos.
vanyinhaaju@hotmail.com

SANTOS, Romelúzia de Lima Gomes.
romjuca@hotmail.com

OLIVEIRA, Nádia Maria de. (Orientadora)
Graduada em Licenciatura Plena Português, Especialista em Tecnologia Educacional,
Prof^ª. do curso de Letras – Português da Universidade Tiradentes – UNIT.
nadiamot@bol.com.br

RESUMO

A abordagem da discriminação existente na fala caipira mostra o quão esse tipo de preconceito é comum, principalmente entre àqueles que estudam e utilizam cotidianamente a norma culta da Língua Portuguesa, ou o Português Padrão. Contudo, baseado em estudos realizados por lingüistas, comprovou-se o equívoco existente nessa forma de preconceito, que em sua essência não está relacionado à língua utilizada, mas sim às condições sociais do falante. Verificou-se também que as pessoas que residem no interior do Brasil e àquelas que possuem baixas condições sociais utilizam termos que já foram utilizados há muitos anos, até mesmo no tempo da colonização, e que sofreram transformações. Esses fatores não são reconhecidos nem aceitos pela norma culta. Cabe então ao profissional da Língua incentivar o aprendizado do Português Padrão, porém sem desprestigiar o falante de qualquer variação lingüística, já que o mesmo reflete o meio social em que está inserido.

Palavras-chave: Preconceito Lingüístico. Caipirês. Norma Culta.

INTRODUÇÃO

Este artigo vem tratar do preconceito lingüístico existente com a linguagem caipira, e traz como figura principal o personagem Chico Bento, das histórias em quadrinhos. A proposta deste artigo é de identificar, descrever e analisar o fenômeno de variação lingüística e o preconceito com a linguagem do caipira, utilizando argumentos elaborados por lingüistas conceituados. Propõe-se também a demonstrar que a língua portuguesa usada no Brasil não é uniforme, mas constituída de muitas variedades.

Chico Bento é um personagem das histórias em quadrinhos, criado por Maurício de Souza. Ele surgiu em 1961 e foi inspirado em um tio-avô dele, sobre quem ouvia muitas histórias contadas por sua avó. Em agosto de 1982, foi lançada sua primeira revista. Suas histórias se passam na Vila Abobrinha, uma típica cidade do interior paulista, inspirada provavelmente na cidade de Taubaté.

Maurício de Souza mostra com esse personagem não apenas a inocência da criança criada no campo, mas principalmente, as diferenças dialetais encontradas nessa região e que, por várias vezes, são vítimas de preconceitos.

Ao ser questionado sobre a influência da “fala errada” de Chico Bento na educação das crianças, Maurício de Souza afirmou que esse personagem representa em torno de 26 milhões de brasileiros que usam essa variação lingüística em sua comunicação e que, além de não falar errado, ele mostra uma linguagem usada no passado e que ainda é encontrada no interior do país.

Para afirmar que a fala de Chico Bento é correta, a professora Maria Cristina Pellisson, aluna de Pós-Graduação Lato-Sensu em Teorias Pedagógicas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisou a respeito da linguagem na História do Brasil e em questões de Lingüística.

Segundo seus estudos, no período da colonização do Brasil falavam-se várias línguas com base na língua Tupi, que foram normatizadas pelos jesuítas sob uma língua franca, o Nhangatu. Com a miscigenação do povo brasileiro, surgiu o caipira, advindo da fala cultural do índio que, por exemplo, possuía dificuldades em pronunciar o “lh”, e termos como “colher” e “mulher” foram transformados em “cuié” e “muié”. Dessa forma, Maria Cristina Pellisson concluiu que a fala de Chico Bento se trata de uma variação lingüística dentro da Língua Portuguesa.

Apesar das transformações impostas pela expansão capitalista ao meio rural, a cultura caipira consegue bravamente sobreviver. Uma prova real desse fato é a linguagem caipira que perdura até hoje, e essa linguagem é o elemento mais marcante na identificação desta cultura. Na linguagem caipira, muitas palavras são abreviadas ou reduzidas pela metade.

Marcos Bagno, em um artigo publicado na revista *Presença Pedagógica*, em setembro de 2006, afirma que na sociedade existem duas ordens do discurso que se contrapõem. A primeira é a do discurso científico, embasado nas teorias da Lingüística Moderna, que trabalha com as noções de variação e mudança; e a segunda é sobre o discurso do senso comum, impregnado de concepções arcaicas sobre a linguagem e de preconceitos sociais fortemente arraigados, que opera com a noção de erro.

Ainda segundo Marcos Bagno (2001), o problema consiste na existência de uma redução da língua (que é um fenômeno amplo e extremamente rico) à gramática normativa (que seria apenas fundamentos específicos da aplicação da língua conforme determinado padrão). Sendo assim, não é certo dizer que o caipira não sabe falar a língua portuguesa, pois qualquer pessoa, mesmo que não tenha aprendido a ler e a escrever domina plenamente o uso de sua língua vernácula.

A origem da gramática tradicional aconteceu por volta do século III a.C., na cidade de Alexandria, quando os estudiosos da literatura clássica da Grécia preocuparam-se em preservar, com a maior pureza possível, a língua grega, pois a mesma tinha evoluído de tal forma que se encontrava muito diferente da língua usada pelos grandes poetas e escritores como Homero, autor de *Ilíada* e *Odisséia*. Dessa forma, os estudiosos resolveram descrever as regras gramaticais usadas por esses escritores para que servissem de modelo para todos àqueles que tivessem interesse em escrever obras literárias usando a língua grega. Assim surgiu a gramática, que em grego significa “a arte de escrever”.

Os primeiros a perceber as duas grandes características das línguas humanas foram os formuladores da Gramática Tradicional. A variação (no tempo presente) e a mudança (com o passar do tempo). Porém, Bagno considera que essa percepção que eles tiveram da variação e da mudança lingüísticas foi essencialmente negativa.

Sendo que pelos seus preconceitos sociais, os primeiros gramáticos consideravam que somente os cidadãos do sexo masculino, membros da elite urbana, letrada e aristocrática falavam bem a língua. Passando assim, a serem consideradas feias, corrompidas, defeituosas e pobres, as demais variedades regionais e sociais.

Somente a partir do século XIX, com o surgimento das primeiras investigações lingüísticas de caráter propriamente científicas, é que os preceitos e os preconceitos da Gramática Tradicional começaram a ser questionados. Apesar de contestada pela ciência moderna, permanece firme e forte até hoje aquela visão arcaica e preconceituosa de língua e de linguagem que penetrou no senso comum ocidental.

A trajetória das histórias em quadrinhos como produto de consumo, apesar do sucesso do público que acompanhava, foi sempre cercada por oposição de parcelas influentes da sociedade letrada. De forma geral, educadores e gramáticos viam com desconfiança a leitura de quadrinhos, imaginando que pudesse prejudicar a linguagem ou o desenvolvimento intelectual, porque qualquer manifestação lingüística que escape da língua portuguesa ensinada nas escolas, ou seja, a norma culta é considerada “errada, feia, estropiada e deficiente”; isso é preconceito lingüístico.

A entrevista com Pasquale Cipro Neto pela revista *Veja* (setembro de 1997), no qual o professor de gramática corrobora muitos preconceitos lingüísticos partindo de uma concepção equivocada de que a língua é homogênea e estática. Já os pesquisadores da área de linguagem, sobretudo os lingüistas, vêm desenvolvendo investigações científicas com o objetivo de identificar, descrever e analisar fenômenos de variação lingüística que ocorrem nas diversas regiões brasileiras e com isso conhecer a diversidade lingüística existente. Tais pesquisas demonstram que a língua portuguesa usada no Brasil não é uniforme, mas constituída de muitas variedades.

Considerando esta concepção sobre o ensino da língua, compreende-se que desenvolver unicamente a competência lingüística não corresponde a decorar normas, pois

“A boa comunicação verbal nada tem a ver com a memorização de regras de linguagem, nem com a disciplina escolar que trata das regras e que geralmente, em nossas escolas, toma o lugar do que deveriam ser as aulas de português: leitura, comentário, análise e interpretação de bons textos, e tentativa constante de produzir, pessoalmente, textos bons – enfim, vivência criativa com o idioma”. (Celso Pedro Luft, *Língua e Liberdade*, pág. 19)

É importante que os professores estejam convencidos de que o domínio de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. Portanto, os professores não devem anular os conhecimentos adquiridos pelos alunos, e sim aproveitá-los. Mas, segundo pesquisadores não é isto que ocorre, pois se o aluno não seguir o “padrão”, é acusado de falar “errado”. Esse tipo de preconceito lingüístico é decorrência de um preconceito social.

O personagem Chico Bento, de Maurício de Souza, não quis saber desse tipo de preconceito, pois ele tinha seus “vícios” da fala rural, do “caipira”. Com a personagem Eulália do livro “A Língua de Eulália” de Marcos Bagno, acontece exatamente o mesmo. Nesses exemplos, podemos verificar o preconceito social contra a fala de determinadas classes sociais, e o preconceito contra a fala característica de certas regiões; Eulália por ser uma empregada e Chico Bento por falar “caipirês”.

O modo de falar da personagem Eulália, como “fosfro”, “os home”, “as prantas”, “a arvre”, destaca o R caipira como ocorre na linguagem do Chico Bento. Essas são formas diferentes de pronuncia das palavras e não podem ser vistas pelos educadores como erradas ou pobres, mas sim como diferentes do padrão vigente. Pobres são aqueles que as pronunciam, e errada é a situação de injustiça social em que essas pessoas vivem.

O escritor Marcos Bagno retrata em seu livro “Preconceito Lingüístico” (1999) sobre a mudança de atitude, pois devemos combater o preconceito lingüístico e parar de acreditar que “brasileiro não sabe português”, que português é difícil, que os habitantes da zona rural

ou das classes sociais mais baixas “falam tudo errado”. Através da personagem Eulália, Bagno esclarece que não existe fala “errada”, mas sim diferente, ou seja, é o português de uma classe social diferente do padrão. É errado dentro das regras gramaticais, mas na variedade não-padrão essas regras não funcionam.

Luis Costa Pereira Junior (2007) afirma que a lingüística contemporânea se preocupa em investigar que os erros gramaticais por uma grande parte da população não ocorre por acaso e mostrar que há uma motivação por trás deles. E é por isso que não devemos nos prender à noção de certo ou errado.

Segundo sua pesquisa, nas escolas brasileiras os professores de português já começaram a explorar as possibilidades pedagógicas oferecidas pelos “erros” dos próprios alunos e de personagens de ficção. Como exemplo, citam os protagonistas de *As aventuras do Capitão Cueca*, escrita pelo norte-americano Dav Pilkey e publicada aqui no Brasil pela Cosac Naify, traz diálogos cheios de falhas e ortografias dos protagonistas da trama, dois estudantes da quarta série.

Assim, como o capitão Cueca, temos um exemplo, que nos anos 70, falava de forma deliberadamente trôpega, como o cebolinha e o caipira Chico bento, mas que na prática não estimulavam equívocos e fazem muita gente prestar atenção à grafia das palavras.

A editora de livros infanto-juvenis da Cosac, Isabel Lopes Coelho, entre outras recomendações que faz às escolas em relação ao uso do personagem como recurso pedagógico, destaca a leitura orientada, porque a medida tornaria mais interessante a tarefa de identificar deslizes nas falas dos personagens.

Como exemplo, o estudante de segunda série do ensino médio, Daniel Schieler, de 15 anos, garante nunca ter escrito uma palavra errada por causa das traduções dos oito volumes da série do herói em trajes íntimos. Isso exemplifica e confirma que com o aprendizado a partir dos erros, surge a oportunidade para mostrar que a língua é um fenômeno vivo e está em constante mudança.

A conclusão disso é que não basta somente entender a norma, pois a dificuldade de saber que linguagem usar em que situação e identificar os diferentes níveis de formalidade, que exigem usos específicos de linguagem são o grande desafio do aprendizado de português.

É difícil também lidar com a dificuldade das escolas que não sabem se ensinam mais que o padrão culto. E isso tem se revelado insuficiente segundo recentes dados do MEC. Por que as pessoas saem da escola sem saber interpretar textos e sem “jogo de cintura” para comunicar-se fora das situações de comunicação a que estão acostumadas.

Por isso há uma grande necessidade de capacitar as pessoas à flexibilidade lingüística. É importante desenvolver nelas a comunicação com quem se relacionam e a usarem a língua padrão em suas relações sociais, como provas escolares, disputas por vagas no mercado, redações para grande público, participação em concursos vestibulares, para que a escola não fique somente no ensino padrão como se fosse uma verdade inacabada.

Embora a nossa tradição educacional negue a existência de uma pluralidade dentro do universo da Língua Portuguesa, e não aceite que a norma padrão é uma das muitas variedades possíveis no uso do português, a língua portuguesa está em constante modificação e recebe, notadamente, a influência de palavras pertencentes a outros idiomas, principalmente

dos imigrantes que chegam a todo momento no país. “É ilusão imaginar que se sabe a língua porque estudou gramática, na verdade a gramática natural da língua é uma gramática da fala”. (Celso Luft, 2001, pág. 39)

Logo, fica ao encargo do especialista do idioma explicar em sala de aula ou ao público as construções gramaticais fora do padrão e que elas possuem sua lógica interna ou histórica. Já que podemos considerar o erro em um idioma uma inadequação de linguagem a um dado contexto em que ela é usada.

Assim, outra dimensão à noção de “erro”, seria usar uma variedade em vez de outra numa situação de comunicação em que a coletividade envolvida desaprovava. E, seria também usar uma expressão ou construção sintática que não soariam naturais no idioma. Já que, uma dada forma tem naturalidade na língua porque é adequada à transmissão de uma informação específica. É o que explica as regras de uso e suas infundáveis exceções. O lingüista para não perder a clareza e a eficiência, ao defender uma variedade que não é padrão, o faz usando o padrão, ou seja, o erro é sempre social e será dado sempre em relação a quem se destina a mensagem.

A língua é viva e sempre se modifica. Algo que as escolas não reconhecem: a existência de uma multiplicidade de variedades de português, e tenta impor a norma padrão. Afinal, para os lingüistas, o que importa é a comunicação e o entendimento, e não a escrita. “A linguagem é uma prática e as línguas existem para com elas praticarmos a comunicação e interpretarmos o mundo.” (Celso Luft, 2001, Pág. 47)

A língua é, na verdade, um conjunto de variedades em que expressam diferenças regionais - não se fala do mesmo modo em todos os lugares; sociais – cada classe social tem um jeito de falar. Além disso, uma pessoa, dependendo das circunstâncias, falará de um modo ou de outro, variando o grau de formalidade de seu registro.

Em diferentes regiões do país, o português é falado com sotaques e características muito próprias, mas com a norma padrão, com uma ortografia oficial, definida pela Academia Brasileira de Letras, é uma língua só para ser seguida em todo o país. Essa imposição marca a diferença entre a língua falada, que nem sempre segue o padrão imposto, e o português padrão, chamado de norma culta. Enquanto a língua padrão é aprendida nas escolas e usada na linguagem escrita, a língua não padrão é usada e modificada oralmente, no convívio social.

Um dialeto em nossa língua que, às vezes, é estigmatizado na escola como caipirês, deveria ser demonstrado a alunos da escola urbana, os falares da zona rural. E por que não aproveitá-los como uma atividade de tradução do caipirês para a norma culta? Pois é, muito importante que os alunos valorizem a variedade lingüística de sua comunidade, combatendo o preconceito lingüístico, mas que aprendam a identificar os contextos em que pode haver interferência da variedade que falam na escrita, evitando erros ortográficos.

Entretanto, se observarmos bem o modo como falam as pessoas “da cidade” e “do campo” veremos que nenhuma delas fala como está escrito porque ninguém fala assim. O modo de falar de cada pessoa não é uma escolha, é determinado pelo lugar em que ela nasce e pela comunidade a que pertence.

Mas o que acontece é que a gramática passou a ser instrumento de poder e de controle, Assim, a língua passou a ser subordinada e dependente da gramática. Na verdade, o preconceito lingüístico acaba sendo mais uma arma daqueles que mantêm o poder nas mãos, ou seja, o cidadão que não domina a variedade padrão está privado de seus direitos. Muitas pessoas já foram excluídas ou rejeitadas de uma comunidade por se expressarem fora da norma culta.

É, principalmente nas escolas, que o preconceito lingüístico deve começar a ser combatido, mas ao contrário disso, é nas instituições de ensino que esse tipo de preconceito é mais incentivado e ganha força, já que a justificativa se fortalece no fato de que o objetivo da escola é justamente de ensinar o português padrão e criar condições para que ele seja aprendido.

A diferença entre as falas acaba por ser considerada como erro por aqueles que se expressam de forma diferente, pois estes julgam a fala dos outros pela sua, e consideram errada toda a expressão diferente da que pratica.

Num país de dimensões continentais, o português é uma língua que tem inúmeras variações: de região, de classe social, de origem, de sexo, etc. Visto dessa forma, existem dialetos, e o objetivo da escola é ensinar o português padrão. É preciso que a escola reconheça e respeite essa multiplicidade. O fato das pessoas não falarem o dialeto padrão faz com que surja a concepção equivocada de que o português é uma língua difícil, e essa concepção por si só causa um bloqueio ainda maior naqueles que aprendem a norma, a forma padrão da língua.

(Possenti, 1998)

“O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são histórias, culturais e sociais. Aceitamos que os outros (os que falam outra língua) falem diferente. Mas não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente.” (Sírío Possenti, 1998, pág. 29)

Mas antes de qualquer avaliação contra ou a favor do ensino da gramática na escola, já que a mesma tende ao incentivo do preconceito, Sírío Possenti explica que antes de tudo, é necessário o entendimento do que seja a gramática, e defende que “a palavra gramática significa ‘conjunto de regras’”. Essa expressão “conjunto de regras” pode ser entendida de três formas: 1 – conjunto de regras que *devem* ser seguidas, 2 – conjunto de regras que *são* seguidas, e 3 – conjunto de regras *que o falante da língua domina*.

A primeira definição remete à Gramática Normativa, usada pelos professores e adotada nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. É sob a luz dessa gramática que a língua portuguesa é ensinada, e é sob essa ótica que surgem os preconceitos lingüísticos. A segunda definição é a adotada pela Gramática Descritiva, que orienta os trabalhos dos lingüistas e que se preocupa em explicar e descrever as línguas exatamente da forma como elas são faladas, e as regras realmente usadas pelos falantes da língua. Já a terceira definição refere-se às habilidades do falante de frases e seqüências compreensíveis e reconhecidas como pertencentes da língua.

De acordo com essas definições, é perceptível que a Gramática Normativa, a mesma aplicada nas escolas, é quem serve de parâmetro para considerar as variedades lingüísticas como erro, e para impor a existência de uma norma padrão.

Amadeu Amaral (1982) faz a caracterização lingüística do dialeto caipira com riqueza de detalhes, usando exemplos pertinentes. É importante mencionar algumas das

peculiaridades apontadas por Amaral, sobre os diferentes aspectos do dialeto quanto à fonética, à lexicologia, e à morfologia.

Segundo Amadeu Amaral (1982), o dialeto caipira, que é um dialeto da língua portuguesa, é falado em várias regiões do Brasil, como em parte dos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. Do idioma padrão brasileiro podemos observar que se distingue intensamente em sua estrutura fonológica, sendo algumas características “r” retroflexivo, a ausência consoantes laterais palatais (lh), que são permutadas pela semivogal “i”, a permutação do “l” de fim de sílaba por “r” (retroflexivo), a ausência dos ditongos “ei” e “ou” (substituídos por “e” e “ou”), a apócope ou síncope em palavras proparoxítonas e a aférese em muitas palavras .

O dialeto caipira possui inúmeras expressões próprias, e, ao contrario do que ocorre com a língua padrão do Brasil de Portugal, o plural só é indicado em um substantivo ou adjetivo quando não é determinado por um artigo, ex: casa, plural: casa; singular: a casa branca, plural: as casa branca.

O autor destaca como característica prosódica do dialeto caipira, “o frasear lento, plano e igual”, associado à maior duração das vogais e à ocorrência de mais pausas na realização do grupo de palavras.

Sobre os segmentos vocálicos observamos a realização de (e) e (o) átonos finais; a nasalização do /e/ pretônico inicial e a realização do ditongo nasal de bom, tom, som.

Podemos frisar Amaral (1982:47-48), no que diz respeito às consoantes, a ocorrência do “r caipira”, em posição intervocálica e pós-vocálica – som identificado como “línguo-palatal, o “r retroflexo”, como também é conhecido, é talvez, o traço mais marcante do que hoje se identifica como uma pronúncia “caipira”; a realização africada das palatais; a alternância entre /b/ e /v/, dando lugar a formas sincréticas como [b] assora / [v] assora e [b] amo/ [v] amo.

Na morfologia do dialeto caipira, Amaral faz observações referentes à formação de palavras, ao gênero, número e grau dos nomes, as flexões verbais e ao uso dos pronomes:

- na primeira pessoa do plural do perfeito do indicativo dos verbos em –ar; a tônica a >e :caminhamos = caminh[e]mo(s);

- o adjetivo e o particípio passado frequentemente ocorrem sem flexão: essas coisarada bonito;

- na comparação, frequentemente as formas analíticas substituem as sintéticas – mais grande, mais pequenos, mais b[ãw].

Para o léxico, Amaral traz uma lista de itens que são utilizados pelos caipiras. E apresenta através dos verbetes as formas dialetais mais utilizadas e outras formas ou pronúncias.

Um fenômeno mencionado por Bagno (2001) é o da assimilação que é a força que tenta fazer com que dois sons diferentes, mas com algum parentesco, se tornem iguais, semelhantes (Bagno, pág. 77 e 78) que pode ser consonantal, total, progressiva, pois há uma

assimilação de consoante para consoante, o fonema assimilado /d/ se torna igual ao assimilador /n/ e este está antes daquele. Isso ocorre porque, de acordo com o Bagno, os fonemas /n/ e /d/ pertencem à mesma zona de articulação; são consoantes dentais, ou seja, “é preciso que a ponta da língua ou a porção dianteira de língua entre em contato com os alvéolos dos dentes incisivos superiores”. Assim, por serem produzidos na mesma zona de articulação, a força da assimilação irá fazer com que o /n/ exerça uma influência sobre o /d/: -nd- > -nn- > -n-.

Outro fato que vale mencionar é a redução das vogais “o” e “e” pretônicas em situações diferentes das já apresentadas. Em palavras como *cumeço*, *istrada* e *inforca*, não temos o *i* e *u* tônicos, motivo pelo qual não ocorre harmonização vocálica. Nessas situações, ocorre uma oclusão, ou seja, os sons longos /o/ e /e/ transformam-se nos sons breves /u/ e /i/. O mesmo processo ocorre com os monossílabos *qui*, *si*, *mi* e *di*. Outro metaplasmo típico da oralidade dos dias de hoje é o apócope: “supressão de um fonema no final da palavra.”. Diacronicamente, pode ser representado pela evolução *amat* > *ama*.

No caso do verbo em questão, trata-se da apócope da consoante *r*. Mas isso acontece em *arrepará* e em várias outras palavras. A ocorrência das formas *canta*, *fô*, *amô*, *cantadô*, *acriditá*, *pená*, *mostrá*, ao invés de suas respectivas formas cultas *cantar*, *for*, *amor*, *cantador*, *acreditar*, *penar* e *mostrar* só tende a reforçar a idéia que Bagno (2001) cita: “a tendência que a língua portuguesa tem de terminar toda palavra sempre com vogal”.

Nas histórias do Chico Bento das revistas nº80, 83, 86 e 96 dos meses de Fevereiro, Março, Maio e Agosto de 1990, averiguamos algumas diferenças entre a norma culta e a fala caipira:

Nós	Nois
Depois	Dispois
Melhor	Mio
Alguma	Arguma
Claro	Craro
Olhei	Oiei
Mulher	Muié
Filho	Fio
Professora	Fessora
Orgulhar	Orguiá
Abelha	Abeia
Último	Úrtimo
Bom	Bão
Homem	Home
Desculpa	Discurpa

Em suma, verifica-se que ocorrem os seguintes fenômenos na linguagem caipira: a Assimilação, ao tentar fazer com que dois sons distintos se tornem semelhantes (fio – filho, abeia – abelha, trabaio – trabalho, coieita – colheita); o Rotacismo, quando o “L” do encontro consonantal é substituído por “R” (pranta – planta, probrema – problema); a Monotogação, ao se excluir o “i” e o “u” dos ditongos (rôpa – roupa, bêjo – beijo, caxa – caixa); a Contração ou Aceleração no ritmo da fala (fósfro – fósforo, arvre – árvore); a Desnasalização das vogais postônicas (home – homem, onte – ontem); e os Arcaísmos, que são palavras que já

pertenceram à norma clássica, mas que saíram de moda (alevantar – levantar, alembrar – lembrar, entonce – então, dispois – depois).

CONCLUSÃO

O artigo mostra que a variação lingüística não se trata de erro, e que o preconceito contra as variações é pura ignorância dos que falam sem conhecer profundamente o assunto. O preconceito com o falar caipira deve ser destruído. E essa variação da língua portuguesa aproveitada em sala de aula para que os alunos tomem conhecimento do processo de mudança da língua.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Amadeu. **O Dialeto Caipira**. São Paulo: Hucetec, 1976.

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália**: Novela Sociolingüística. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. “**Nada na Língua é por Acaso**: ciência e senso comum na educação em língua materna”. Net, Revista Presença Pedagógica, set.2006. Disponível em <http://www.marcosbagno.com.br/arq_textos.htm> (6/4/2007)

_____. **Português ou Brasileiro**: Um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2001.

_____. **Preconceito Lingüístico: O que é, como se faz.** 34. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BULHÕES, N. “Histórias em quadrinhos são usadas em classes do Ensino Fundamental para ensinar conceitos de diversas disciplinas”. Net, jul.2005. Disponível em <www.unicamp.br/canal_aberto/clipping/julho2005/clipping050717_correiopop.html> (10.4.2007)

LINHARES, A.A.C. “Linguagem e identidade cultural caipira no município de Mossâmedes: por uma nova concepção acerca da linguagem caipira”. Revista da UFG, v.7, n. 01, jun2004. Disponível em <<http://www.proec.ufg.br>> (14.4.2007)

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade:** por uma nova concepção da língua materna. 8. ed. São Paulo, Ática: 2001.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. “**A norma que finge ser erro:** O alternativo pede o padrão.” Revista Língua Portuguesa, São Paulo, Ano II, n.18, p.44 – 47, 2007.

POSSENTI, Sírio. **Por que não ensinar gramática na escola.** 2. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

_____. “**Gramática e Política**”. Net, São Paulo, nov1983. Disponível em <http://inforum.insite.com.br/arquivos/431/GRAMATICA_E_POLITICA.doc>(15.4.2007)

http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias+3236

<http://www.monica.com.br/mural/barramansa.htm>

http://www.wikipedia.org/wiki/Chico_Bento